

Neoliberalismo e Educação: o Pacto pela Educação no Estado de Goiás (2011) e suas implicações no interior de dois colégios da rede estadual da cidade de Iporá GO

Kaio Jose Silva Maluf Franco

Milena Lourdes Gomes Kirsten

Lúcia Helena M. M. Oliveira

Problematização

Num contexto globalizado podemos perceber, desde a década de 70/80, que o mundo vivencia uma faceta do capitalismo denominada neoliberalismo. A política de governo do estado de Goiás para educação sofreu uma série de transformações nos últimos anos a partir de setembro de 2011, sobretudo, pela implantação do Pacto pela Educação. Até que ponto a administração goiana tem importado as práticas neoliberais e a gestão por resultados em seus programas de governo especificamente no campo da educação?

Objetivos

- Analisar a política de governo para a educação estadual goiana (a partir de setembro de 2011) numa perspectiva histórica, dialética e política para perceber as influências do sistema econômico vigente.
- Avaliar o documento “Diretrizes do Pacto pela Educação” no que se refere à política de valorização de professores proposta pelo “Programa Reconhecer”.

Metodologia

A questão metodológica, que aqui será implantada, com maior evidência é o materialismo histórico dialético na qual far-se-á o processo de formulação de sínteses diante das teses e antíteses formuladas e observadas pelas Ciências da Educação a partir da análise das políticas de governo para a educação. Valemo-nos de análise documental e análise crítica. Visando perceber a totalidade do evento para contrapor-nos a ele de maneira mais eficaz. Faremos análise documental dos programas desde a década de 90 da Declaração mundial de educação para todos e, especificamente, o documento Pacto pela educação do estado de Goiás. Devido ao fato desse programa direcionar pagamento

de bônus de produtividade para os professores e gratificações para gestores, além da aquisição de recursos pedagógicos, metodológicos e equipamentos tecnológicos deve estar na forma de lei para justificar a oneração do estado. Um trabalho suportado pelos vários documentos e leis sobre a educação em todos os níveis e pelos seguintes autores, dentre outros: Gentilli (1997); Hobsbawn (1996); Marx (2004; 1996); Mészáros (2011); e Saviani (2008; 2009).

Resultados Preliminares

A partir do ano de 2011, com o intuito de revolucionar o quadro educacional em Goiás e atender às exigências do PNE e do PEE/GO, além daquelas impostas pelas necessidades apresentadas pela sociedade neoliberal, foi lançado o Pacto pela Educação, um programa de Governo, que prevê, dentre outras coisas, o pagamento do bônus financeiro de incentivo à regência instituído pela Lei 17.402/11.

Importante mencionar que o bônus era disponível aos professores regentes em 2011 no valor de R\$ 1.500,00, com referência e proporcional à modulação de 40 horas/aulas semanais. Posteriormente, em 2012, foram incluídos no programa, os coordenadores pedagógicos, os tutores pedagógicos e o grupo gestor e o valor passou para duas parcelas de R\$ 1.000,00. Em 2013 e 2014 estabeleceu-se um teto de R\$ 24 milhões para o pagamento do bônus e permanecem excluídos: os professores de apoio e em atividades profissionais; aqueles modulados em oficinas e projetos. Não é algo estabilizado porque sanciona-se a lei com vigor para somente o ano em exercício. Dessa forma questionamos a ausência no programa da inclusão dos demais profissionais da escola uma vez que são todos profissionais da educação.

Segue, para comparação, os valores referenciais do salário dos professores efetivos da SEDUC/GO no corrente ano vão, para os graduados, de R\$ 2.570,08 no início da carreira até R\$ 2.894,32 no final, sem os acréscimos dos 5% a cada 5 anos de trabalho. E para os pós-graduados (lato sensu) vão de R\$ 2.897,77 até R\$ 3.263,35 por 40 horas/aulas.

Considerações Finais

As políticas de governo dos últimos tempos apresentam um discurso bastante sedutor que valoriza a tecnologia e as parcerias com o segmento privado. No entanto, uma série de lacunas existe aí ao se trabalhar as categorias público e privado no campo educacional. De um lado há o discurso e determinações governamentais, de outro está

as expectativas de promoção social e avanço econômico da sociedade, ainda de outro lado está o trabalhador da educação em condições precárias e está conformado como a situação atuando juntamente com o que se encontra incomodado. Todas essas realidades são contraditórias e apresentam contrariedades dentro delas mesmas.

O professor que almeja o bônus passa por um rigoroso processo seletivo ainda com o risco do valor não ser integral se superar o teto. Isso gera uma situação de concorrência e competição num ambiente de imposições e fiscalizações. Dessa forma percebemos que as questões da valorização docente no que dizem respeito ao financeiro ou às condições de trabalho ainda necessitam do empenho efetivo do Estado.

Referências

GENTILLI, Pablo; SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**: visões críticas. Petrópolis: Vozes, 1997.

HOBBSBAWN, Eric J. **A era do Capital**, 1848-1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Trad. Jesus Ranieri. 1ª ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **O capital**: a crítica da economia política. Trad. Regis Barbosa e Flávio Kothe. Volume I. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Trad. Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. 1ª ed. rev. Mundo do Trabalho. São Paulo: Boitempo, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao FUNDEB**: por uma outra política educacional. 3ª ed. Coleção educação contemporânea. Campinas: Autores Associados, 2008.

_____. **PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação**: Análise crítica da política do MEC. Coleção Polêmicas do nosso tempo 99. Campinas: Autores Associados, 2009.